



**MOVIMENTO COMUNITÁRIO DOS CLUBES-DE-MÃES EM CAMPINA GRANDE:  
RECORTE DE GÊNERO E DEMOCRACIA**

Idalina Maria Freitas Lima SANTIAGO<sup>1</sup>

Marília Tomaz de OLIVEIRA<sup>2</sup>

Helena Cristina Nunes de ANDRADE<sup>3</sup>

**RESUMO**

O texto apresenta subsídios para analisar em que medida os Clubes de Mães se configuram enquanto espaço de democracia e de resignificação das relações de gênero, problematizando as seguintes questões: em que sentido os Clubes são considerados espaços de democracia? A experiência de participação das mulheres nos Clubes contribui para serem redimensionadas práticas cotidianas vivenciadas na vida doméstica? A pesquisa desenvolveu-se numa amostra de sessenta e três (63) presidentes, retiradas do universo de oitenta e sete (87) clubes existentes em Campina Grande/PB. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados questionários contendo questões fechadas os quais foram analisados através do SPSS.

Palavras-chave: Clube de Mães, Democracia, Gênero

**ABSTRACT**

The text presents subsidies to analyze where measured the Clubs of Mothers they configure while space of democracy and resignation of the relations of Gender, making a problem the following questions: where felt the Clubs are considered spaces of democracy? The experience of participation of the women in the Clubs contributed to be extensively the daily practical lived in the domestic life? The research is developed in a sample of sixty-three (63) presidents, withdrawals of the universe of eighty-seven (87) clubs existing in Campina Grande/PB. We use as instrument of collection of the facts questionnaires that contend closed questions which had been analyzed through the SPSS.

Word-Key: Club of Mothers, Democracy, Relations of Gender.

---

<sup>1</sup>Doutora em Ciências Sociais/Antropologia (PUC/SP). Profª da Universidade Estadual da Paraíba

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE-CAPES/PQI. Profª da Universidade Estadual da Paraíba

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Serviço Social da UEPB. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ/UEPB

## **I - INTRODUÇÃO**

Na conjuntura adversa vivida no país na década de 1960 emergiram os primeiros movimentos comunitários em Campina Grande, registrando-se um processo de organização da população. Surgem as primeiras formas de organização do movimento comunitário através das SABs (Sociedades de Amigos de Bairros) em locais onde o agravamento das condições de vida e densidade populacional era crescente, como nos bairros de José Pinheiro, Santa Rosa, Liberdade e Monte Castelo.

Os Clubes de Mães, na grande maioria, surgiram articulados as SABs, com objetivo de buscar solução para os problemas de seus bairros junto aos poderes públicos, bem como desenvolver ações de filantropia para a população mais carente.

Com a rápida expansão dos Clubes de Mães no município, tornou-se premente a estruturação de um órgão que pudesse coordenar suas atividades, visando atender a necessidade de orientação coletiva e articulação entre os clubes. Para atender essa necessidade, surgiu em 12/06/1969 a Coordenação de Clubes de Mães, se constituindo numa sociedade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com caráter educativo, social, assistencial, beneficente e reivindicativo.

Os Clubes de Mães passaram a ter uma história comum e a serem integrantes de um mesmo movimento com a criação da Coordenação dos Clubes de Mães, que adotou uma prática de fazer avaliações, relatos e discussões, passando a ser uma referência geral para todos os Clubes. Esse papel articulador da Coordenação, de aglutinar todas as atividades dos Clubes, garantiu uma maior visibilidade dessas organizações, bem como sistematizou uma certa unidade de trabalho.

A partir da década de 1970, os Clubes de Mães começaram a receber assessoria técnica de assistentes sociais da SETRABES (Secretaria de Bem-Estar Social do município de Campina Grande), momento em que o poder municipal implantou seu primeiro programa de desenvolvimento de comunidade, objetivando uma política de integração do movimento comunitário. Ainda hoje, este órgão mantém, precariamente, assessoria aos referidos clubes através da Coordenação dos Clubes de Mães.

O fim da ditadura militar e o início da reabertura política abriram nova perspectiva de análise do problema urbano sob a ótica da comunidade. Ocorreu uma crescente participação comunitária na

sociedade brasileira através das associações de moradores, comunidades Eclesiais de Base (CEBs), grupos de bairro (incluindo Clube de Mães). Essas entidades foram verdadeiras receptoras das reivindicações e demandas da população na esfera local, responsáveis por encaminhá-las à administração municipal.

Os Clubes de Mães são considerados espaços de mobilização popular onde as mulheres podem participar efetivamente para a conquista de direitos. Essas mobilizações se dão de forma gradativa e possibilita que cada mulher busque assumir uma postura contrária à vivenciada até então nas relações familiares, principalmente relativas ao patrimonialismo vigente na organização em família.

Neste sentido, o presente texto pretende analisar em que medida os Clubes de Mães se configuram enquanto espaço de democracia e de resignificação das relações de gênero, apresentando os resultados parciais de pesquisa desenvolvida junto às presidentes desses clubes, durante o período de 05/10/2005 à 19/01/2006, financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ/UEPB). A pesquisa desenvolveu-se numa amostra de sessenta e três (63) presidentes, retiradas do universo de oitenta e sete (87) clubes existentes em Campina Grande/PB. Selecionamos somente os Clubes de Mães da zona urbana por considerarmos que o contexto das características da urbanidade se diferencia da dinâmica da zona rural, especialmente nos aspectos culturais relacionados às questões de gênero.

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados questionários contendo questões fechadas os quais foram analisados através do programa para análise estatística de dados quantitativos (SPSS). Problematizamos os seguintes aspectos: Em que sentido os Clubes são considerados espaços de democracia? A experiência de participação das mulheres nos Clubes contribui no sentido de serem redimensionadas práticas cotidianas vivenciadas na vida doméstica (atuação como mulher, esposa, mãe e dona-de-casa)?

O foco da argumentação que desenvolvemos deu-se à luz da concepção deweyana de democracia. A filosofia desse pensador comporta uma crença na democracia como único modo de vida capaz de propiciar experiências efetivamente significativas, ao possibilitar a revisão contínua das formas estabelecidas de convivência. Portanto, só a democracia possibilita reavaliação e reconstrução

permanentes da vida, uma vez que princípios democráticos são fundamentados na cooperação, no livre intercâmbio de idéias e experiências socialmente válidos. A essência da democracia é o diálogo entre iguais fundamentado na inteligência, o que se opõe a toda espécie de absolutismo e autoritarismo. Dewey afirma (1979, p.13) que "uma democracia é mais do que uma forma de governo; é principalmente, uma forma de vida associada, de experiência conjunta, e mutuamente comunicada". Assim, a democracia garante o desenvolvimento do indivíduo, cujos atributos são valorizados na medida em que convergem para o bem-estar da coletividade. Os fins coletivos são definidos com base na liberdade de pensamento e ação, desfazendo-se assim, a dicotomia entre fatores individuais e exigências sociais. Nesse sentido, Cunha (2001, p.30) afirma:

Na visão deweyana, a democracia tem um caráter utópico (...). Mas, Dewey não acredita em um itinerário seguro e pré-definitivo para chegar à sociedade democrática. O que importa é lutar por mais liberdade, pela abertura de diálogo cada vez mais amplo, para que se instalem relações verdadeiramente cooperativas entre os homens.

Gênero é concebido, a partir de Scott (1995), considerando dois níveis de abrangência, quais sejam: o gênero como sendo um elemento constitutivo de relações sociais que têm como base as diferenças percebidas entre os sexos, e gênero como sendo uma forma primária de dar significados às relações de poder.

Para essa autora, o uso do termo gênero rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens possuem força musculares superior. Em vez disso,

o termo 'gênero' torna-se uma forma de indicar 'construções culturais' – a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. 'Gênero' é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

As relações de gênero são construídas diferentemente em cada sociedade ao longo da história, se desenvolvendo no cotidiano de acordo com as normas, valores, instituições criadas pela sociedade e pela subjetividade de cada um. Dessa forma, subjetivamos sem perceber, na convivência familiar, as relações desiguais que vão aos poucos formando nossa perspectiva de gênero.

A abordagem de gênero propicia, enquanto instrumento de análise e prática social, o desvendamento da maneira como as relações sociais estão estruturadas e a desconstrução das relações hierárquicas entre os sexos, apontando caminhos e meios para sua superação, instituindo a mulher como sujeito político do processo de transformação social e, produzindo, a partir da construção deste sujeito, a ruptura com a heteronomia do que se denomina condição feminina, trazendo para as mulheres a possibilidade de romper com a situação de vítimas ou de protegidas, rompendo também com a fixidade de uma identidade imposta por essa condição (Ávila, 2000).

Inerente à discussão das relações de gênero encontra-se a questão da divisão sexual do trabalho a qual pode ser entendida como a forma da divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo, adaptadas historicamente a cada sociedade, tendo por características básicas, nas sociedades ocidentais, a destinação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor agregado, social e economicamente (KERGOAT, 2003)

Destacamos a articulação entre as categorias de análise democracia e gênero no sentido de que ambas apontam para a liberdade e igualdade nas relações sociais e na busca pela garantia de direitos, na medida em que consideram o caráter de construção social como possibilidade de mudança histórica. Podemos afirmar que, quanto mais houver simetria nas relações de gênero, mais processos democráticos estarão sendo vivenciados.

O presente texto está centrado na compreensão dos processos de redefinição de democracia participativa e de mudança da cultura política que tem sua origem na comunidade onde homens e mulheres desenvolvem concretamente relações de um certo tipo e compartilham experiências comuns. Oferece, ainda, uma interpretação à experiência de participação das mulheres nos clubes de mães, verificando se há uma contribuição dessas práticas no redimensionamento de atitudes relativas às relações de gênero no cotidiano familiar.

## II - DESENVOLVIMENTO

Antes de tratarmos especificamente as análises objeto deste estudo, necessário se faz traçarmos rápido perfil das mulheres entrevistadas, de maneira a podermos conhecer mais de perto os possíveis condicionantes de suas abordagens. Trata-se de mulheres com faixa etária predominante entre os 35 e 64 anos de idade (82,6%), majoritariamente casadas (57,1%), com percentual de grau de instrução acentuado entre o primeiro grau incompleto até o segundo grau incompleto (84,1), renda familiar situada em torno de um salário mínimo (25,4%), de dois salários mínimos (22,2%) e acima de quatro salários mínimos (22,2%). Verificamos que 58,7% das presidentes estão inseridas no mercado formal de trabalho, englobando uma grande variedade de atividades. Ressalte-se que 30,2% se dedicam exclusivamente às atividades do lar, 9,5% são aposentadas e apenas 1,6% está na condição de estudante. Em relação ao tamanho de prole, os percentuais maiores envolvem de 1 a 3 filhos (33%) e de 4 a 6 filhos (31,7%). No que se refere à vinculação dessas mulheres com os clubes de mães, atestamos que o maior percentual de permanência no cargo de presidente equivale a menos de cinco anos, com 76,2% das respostas, seguido de 14,3% para a duração de cinco a nove anos na presidência. Isto se deve ao crescente número de novos clubes nos últimos cinco anos.

No referente aos sustentos financeiros da família, 27% das presidentes afirmaram assumir sozinhas as despesas da casa. Das mulheres que não assumem sozinhas esta responsabilidade, 66,5% contribuem no orçamento familiar junto com algum membro da família. Deste percentual, 42,2% equivale à situação da presidente dividir com o esposo tais despesas. Note-se que apenas 24,4% das presidentes indicaram os maridos como o maior responsável pelos proventos familiares. Constata-se, então, a presença marcante da contribuição financeira feminina no orçamento familiar, característica bastante comum na sociedade atual decorrente da grande inserção das mulheres no mundo do trabalho. Esta constatação é ratificada com o já demonstrado anteriormente acerca do perfil das presidentes, quando ficou demarcado o considerável número de presidentes exercendo atividades remuneradas fora do lar.

A administração do orçamento familiar, nas relações de gênero estabelecidas no âmbito doméstico, recai, consideravelmente, na figura da mãe, posto que 63,5% das presidentes assinalaram ser as responsáveis diretas por esta tarefa, sendo que 17,5% atribuíram tal responsabilidade aos

maridos. Acrescente-se o dado de, apenas, 11,1% ter indicado a divisão dessa tarefa juntamente com o companheiro.

No aspecto relacionado à forma como as decisões são tomadas na família, 38,1% das presidentes assinalaram que a deliberação final era sua, 34,9% imputaram tal autoridade para elas e seus maridos, conjuntamente, e somente 7,9% reafirmaram o ideal patriarcal que debita aos homens as decisões no seio da família. Tais dados demonstraram haver tanto prevalência das mulheres como um equilíbrio de gênero nas decisões de cunho familiar.

Mas, apesar das análises até aqui apresentadas indicarem posturas emancipatórias das presidentes nas relações familiares de gênero, quando nos deparamos com as atividades relacionadas ao cuidado com os filhos e as tarefas domésticas, submergiu as tradicionais formas de relações entre homens e mulheres, cabendo majoritariamente às mães a execução dessas atividades. Vejamos os dados: apesar de todas as presidentes se incluírem na atribuição de levarem os filhos ao médico, 88,5% assinalaram que a fazem sozinha e somente 8,2% incluiu o marido nesta tarefa, juntamente com ela; 90,2% das presidentes levam e buscam seus filhos nas escolas, sendo que desse total 75,4% realizam sem ajuda de outras pessoas e 4,9% indicou o marido na divisão dessa tarefa, juntamente com ela; com relação a acompanhar as atividades escolares dos filhos, 78% das presidentes se encarregam sozinhas de ensinar aos filhos os “deveres de casa”, 8,5% dividem esta tarefa com os maridos e 6,8% contam com a ajuda das/os filhas/os mais velhas/os. Digno de nota é a ínfima incidência de respostas que assinalaram os companheiros como únicos responsáveis pela realização de atividades vinculadas aos filhos: não houve registro para a situação dos companheiros levarem os filhos ao médico, enquanto apenas 4,9% dos companheiros levam os filhos para a escola e 3,4% ensinam as tarefas escolares.

As tarefas domésticas seguem dinâmicas semelhantes ao praticado nas responsabilidades com os/as filhos/as, tendo pequeno diferencial assinalado pela maior participação das filhas mais velhas das presidentes: 48,4% das entrevistadas assumem sozinhas estas tarefas; 29% as realizam em parceria com as filhas mais velhas; 4,8% as dividem com os maridos; 3,2% incluíram uma associação entre elas, maridos, filhas e mães. Nenhum caso foi registrado de o companheiro ser responsável sozinho pela execução das tarefas domésticas.

Para analisarmos os processos de democracia vivenciados nos clubes de mães, torna-se importante caracterizá-los, a partir dos fatores que interferiram nos seus surgimentos e das atividades atuais que desenvolvem, dando-nos condições de melhor compreendermos suas dinâmicas internas.

No aspecto fundação dos Clubes de Mães, detectamos que eles surgiram, majoritariamente, através da iniciativa das mulheres do bairro, com 96,8% das respostas. Relativo aos objetivos da fundação dos clubes, verificamos que um só clube possuiu mais de um objetivo para o seu surgimento, dando condições para a sistematização de várias tabelas, a partir das variáveis arroladas. Dessa forma, a resolução dos problemas da comunidade foi o objetivo mais citado nas respostas dadas pelas presidentes (96,8%). Vale salientar a incidência de respostas apontando como objetivos fundacionais do clube a ajuda mútua, com 61,9%, bem como o aspecto da sociabilidade, com 54%, o lazer com 22,2% e a perspectiva religiosa com 17,5%. Ajuda mútua é traduzido pelas presidentes como troca de experiências e saberes entre as sócias, como por exemplo, o repasse de uma arte ou habilidade, não implicando em aquisição financeira; Sociabilidade traduz-se nas relações sociais desenvolvidas no espaço dos clubes onde essas mulheres podem se encontrar, relatando vivências cotidianas e experiências comuns.<sup>4</sup>

As principais atividades atuais desenvolvidas nos Clubes estão relacionadas a buscar soluções para problemas de infra-estrutura do bairro (71,4%); reivindicar equipamentos de uso coletivo (84,1%), ajuda mútua e assistência (25,4% e 28,6%, respectivamente), geração de renda (61,9%); promover cursos profissionalizantes (58,7%), além da promoção de atividades recreativas, que inclui as realizações de festas e momentos de lazer (93,7% e 31,7%). Com percentual menor, encontramos as atividades vinculadas à realização de quermesses (20,6%).

Cruzando os dados da fundação dos Clubes com as atividades desenvolvidas atualmente, podemos propor a seguinte tipologia: os Clubes possuem majoritariamente caráter **reivindicativo**, sinalizando com esta assertiva a condição de buscarem soluções para os problemas do bairro, os quais incorporam a aquisição de equipamentos de uso coletivo, serviços de infra-estrutura e geração de

---

<sup>4</sup> Necessário se faz esclarecer que o procedimento de análise estatística pelo SPSS para as abordagens acerca dos objetivos da fundação do clube, das atividades desenvolvidas pelos mesmos e do nível de participação das presidentes em outras instâncias de organização da sociedade civil, foi realizado através de tabelas separadas para cada variável, em virtude da multiplicidade de respostas para uma mesma pergunta.

renda; posteriormente encontramos a característica de serem espaços de **recreação**, seguido do aspecto de vivência de **solidariedade**, que inclui ajuda mútua e práticas de assistência; e, por último, o caráter **religioso** (grifos nossos).

Os processos de democracia vivenciados pelos clubes foram analisados, em primeira instância, desvendando a partir de quem são elaboradas as proposições a serem encaminhadas pelos clubes. Identificamos que a maioria de suas propostas surgiu de idéias lançadas pelas presidentes e diretoria, com 46% das respostas, tendo havido percentual de 19% para a situação de as proposituras serem apresentadas exclusivamente pelas presidentes e 14,28% para a situação de as propostas serem apresentadas exclusivamente pela diretoria. Digno de nota é o fato de somente 22,17% das entrevistadas terem marcado a assertiva que indicava as sócias participando do processo de elaboração das ações propostas para o clube.

No referente à forma como as decisões são tomadas no clube, 90% das respostas indicaram se tratar de deliberações discutidas em assembleias. Em percentual significativamente menor estava a situação da diretoria deliberar sozinha (6,3%).

Considerando a necessidade de analisarmos o nível de participação das presidentes em outras instâncias de organização da sociedade civil, verificando a ampliação da democracia participativa para além das fronteiras dos Clubes de Mães, constatamos que 56,6% das presidentes são membros do Orçamento Participativo; 55,8% participam da SAB; 24,5% de Conselhos Locais (dentre eles destaca-se o de saúde articulado ao Programa de Saúde da Família); e 13,7% de Conselhos Municipais.

### III - CONCLUSÃO

A dinâmica de funcionamento dos Clubes possibilita a ampliação da democracia primária - conceituada como a democracia que ocorre em organizações primárias como a família, vizinhança - para o âmbito da democracia secundária e participativa, ou seja, efetiva a participação das presidentes em outras organizações sociais (SABs, Conselhos Locais de Saúde, etc) e nos canais de diálogo abertos pelo poder público para a interlocução com a sociedade civil, sejam eles o orçamento participativo e os vários conselhos municipais gestores de políticas públicas.

---

As experiências compartilhadas nos Clubes contribuem no sentido de serem redimensionadas práticas cotidianas vivenciadas na família, principalmente aquelas relacionadas à tomada de decisão e a administração do orçamento familiar, as quais denotaram mudanças significativas ao vivenciado na cultura patriarcal, valorizando-se as decisões das mulheres e as deliberações compartilhadas entre os gêneros masculino e feminino, em contraponto à autoridade masculina. Neste sentido, podemos constatar a existência de posturas emancipatórias em relação à cultura patriarcal.

Entretanto, quando analisamos as atividades relacionadas ao cuidado com os filhos e as tarefas domésticas, não podemos confirmar a existência de processos de resignificações pois prevaleceram as tradicionais formas assimétricas de relações entre homens e mulheres, cabendo majoritariamente às mães a execução dessas atividades,.

---

#### IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, n.84/85, mar/ago 2000.

BARBIERI, Teresita de. **Sobre a Categoria Gênero: Uma Introdução Teórico- Metodológica**. Tradução de Antonia Lewinnk. Recife: SOS Corpo, 1993.

CUNHA, Marcus Vinicius da. **Jonh Dewey: A utopia democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DEWEY, John. Liberdade e Cultura. Tradução de Eustáquio Duarte. **Revista Branca**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Folha Carioca, 1953.

\_\_\_\_\_ **Democracia e Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FREIRE, Adriana Pereira. **A Gestão Democrática do Conselho Municipal do Orçamento Participativo de Campina Grande – PB: Impasses, Desafios e Avanços**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 2004.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In. EMÍLIO, Marli, et all

(org.). **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres**. Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

MINAYO, M. C. de S. (org) **Pesquisa Social teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. 1994.

NOBRE; C. A. C.; RIBEIRO; D. M. V.; SANTOS; V. F. Assessoria: **A prática do Serviço Social junto a Coordenação dos Clubes de Mães em Campina Grande**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual da Paraíba. Curso de Serviço Social. Campina Grande, 2000.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Celeciana de Maria Veras et all (organizadoras). **Feminismo: memória e história**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

SCOTT. Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 71-99, 1995.

SCOTT, Parry. Patriarcalismo e idéias salvacionistas. In SCOTT, Parry e Jorge Z. (orgs). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife, 2003, mimeo.

SOIHET, Rachel. História, mulheres e gênero: contribuições para um debate. In AGUIAR, Neuma (org) **Gênero nas Ciências Humanas. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.